

AS EXPRESSÕES DA (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA NOS ESPAÇOS HEGEMONIZADOS DO SUDOESTE GOIANO

RESUMO

O processo de modernização da agricultura no sudoeste do estado de Goiás/BR, teve como característica a expulsão dos/as camponeses/as do campo e a negação de suas condições de existência. Essa classe oprimida e marginalizada, se organizou em torno da luta pela terra na busca por continuar a existir, resistindo. O artigo tem como objetivo refletir sobre como se expressa a (Re)Existência dos/as camponeses/as no sudoeste goiano e o que pode ser feito para fortalecer seu território. A principal expressão da (Re)Existência dos/as camponeses/as nessa região é o movimento de luta pela terra. Essa região possui 35 assentamentos de reforma agrária, divididos em 11 municípios, e atendendo a cerca de 1.455 famílias. Apesar de o acesso a terra já ser um grande avanço na busca pela (Re)Existência camponesa, observa-se a grande necessidade de que essa classe tenha condições de permanência em suas terras e que tenham instrumentos que fortaleçam seus territórios.

Palavras-chave: Modernização da agricultura, Sudoeste goiano, Campesinato, (Re)Existência.

ABSTRACT

The process of modernization of agriculture in the southwest of the state of Goiás had feature the expulsion of the peasants from the field and the denial of their conditions of existence. The oppressed and marginalized class was organized around the struggle for land in the quest to continue to exist, resisting. The article aims to ponder on how to express the (Re) Existence of the peasants in the southwest of Goiás and what can be done to strengthen their territories. The main expression of (Re) Existence of the peasants in this region is the movement for land. This region currently has 35 agrarian reform settlements, separated into 11 counties and serving nearly 1,455 households. Although access to land already is a breakthrough in the search for (Re) peasant existence, there is a great need for this class to be able to remain on their land and have tools that strengthen their territories.

Keywords: Modernization of Agriculture, Southwest Goiás, Peasantry, (Re) Existence.

RESUMEN

El proceso de modernización de la agricultura en el suroeste del estado de Goiás tuvo como característica la expulsión de los/las campesinos el campo y la negación de sus condiciones de existencia. Los oprimidos y los marginados de clase se organiza en torno a la lucha por la tierra en la búsqueda de seguir existiendo, resistiendo. El artículo pretende reflexionar sobre la forma de expresar la (Re)Existencia de los/las campesinos de Goiás en el suroeste y qué se puede hacer para fortalecer sus territorios. La principal expresión de (Re) Existencia de los/las campesinos/as de esta región es el movimiento por la lucha de la tierra. Esta región cuenta con 35 asentamientos de la reforma agraria, dividido en 11 condados y atiende a cerca de 1.455 familias. Aunque el acceso a la tierra ya es un gran avance en la búsqueda de (Re) la existencia campesina, hay una gran necesidad de que esta clase sea capaz de permanecer en sus tierras y de que tenga herramientas que fortalezcan sus territorios.

Palabras clave: Modernización de la Agricultura, Suroeste de Goiás, Campesinado, (Re) Existencia.

NATALIA LUCAS MESQUITA

Mestranda em Geografia do Instituto
de Estudos Sociambientais da
Universidade Federal de Goiás
(IESA/UFG), natalia-
mesquita@hotmail.com

**MARCELO RODRIGUES
MENDONÇA**

Professor doutor dos cursos de
graduação e pós-graduação em
Geografia do Instituto de Estudos
Socioambientais da Universidade
Federal de Goiás (IESA/UFG),
ufgmendonca@gmail.com

INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura no sudoeste do estado de Goiás foi acompanhada da expulsão dos/as camponeses/as de seus territórios e, conseqüentemente, de suas condições de existência, visto que era a partir de suas relações com a terra que se produziam/reproduziam enquanto classe.

Por outro lado, essa expulsão do campo, não impediu ou apagou a existências desses/as camponeses/as, pelo contrário, os impulsionaram para a luta por reforma agrária, por meio de movimentos sociais, buscando assim, possibilidades de (Re)Existir, nos espaços hegemonizados do sudoeste goiano.

É diante desse fato que este trabalho se apresenta. O objetivo é refletir sobre como se expressa a (Re)Existência dos/as camponeses/as no sudoeste goiano e o que pode ser feito para fortalecer seu território.

O artigo será dividido em duas seções, excetuando a introdução e as considerações finais. A primeira seção, intitulada “Modernização da agricultura”, será dividida em duas subseções; Na primeira, “Modernização da agricultura no mundo e no Brasil” será contemplado o processo de desenvolvimento da modernização da agricultura no mundo e no Brasil, atentando para seu movimento e suas contradições; Na segunda subseção, intitulada “Modernização da agricultura nas áreas de Cerrado do Sudoeste goiano e o campesinato nesse processo”, será abordado o movimento da agricultura moderna rumo às áreas de cerrado no estado de Goiás com foco para a região sudoeste, e as conseqüências trazidas por essa nova dinâmica produtiva.

O objetivo dessa seção é promover um entendimento do desenvolvimento do processo da modernização da agricultura em sua totalidade, ao mesmo tempo, que possibilitar uma compreensão sobre a modernização no sudoeste goiano e as conseqüências para a população camponesa.

Na segunda seção, intitulada “Os movimentos de (Re)Existência camponesa”, será abordado o conceito de (Re)Existência e como este se expressa no sudoeste goiano, com enfoque para a luta pela reforma agrária. O objetivo é refletir sobre as manifestações da (Re)Existência nos espaços hegemonizados do sudoeste de Goiás e sobre as necessidades de instrumentalizar e fortalecer o território desses sujeitos que (re)existem diante das demandas capitalistas inseridas no campo.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Modernização da agricultura no mundo e no Brasil

Entendemos, genericamente, como modernização da agricultura a substituição dos meios de produção tradicionais por outros mais desenvolvidos tecnicamente, como tratores, colheitadeiras, sementes transgênicas, insumos químicos, etc., através da inserção das demandas capitalistas no campo e portanto, de uma reestruturação das relações socioeconômicas nesse espaço.

A modernização da agricultura, no mundo como um todo, ganhou expressividade maior após a segunda grande guerra, com a incorporação da agricultura à indústria, que possuía uma série de equipamentos e insumos sem mais utilidades, diante do término do conflito (PRIMAVESI, 2012).

Apesar de expressividade nesse período, não podemos desprezar o fato de que, o processo de industrialização da agricultura, uma das condições para a modernização, segundo assinala Silva (1998), já se desenvolvia no período que antecede a guerra, tratando-se de um fenômeno com uma historicidade que caminha junto ao desenvolvimento do sistema capitalista.

Explicando o processo de modernização da agricultura, Silva (1998) diz:

O longo processo de transformação da base técnica - chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA, 1998, p. 3)

A difusão dos ideais da agricultura moderna se deram por meio do programa “Revolução Verde”, idealizado e inicialmente patrocinado pelo grupo econômico *Rockefeller*. O programa anunciava o aumento da produtividade por meio da implementação de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas (sementes transgênicas) à produção agrícola, na tentativa de combater com a fome no mundo.

Todavia, o que estava por trás desse discurso, era o interesse dos grandes atores capitalistas, conforme explica Brum (1988), ao definir o Programa:

A chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização. (BRUM, 1988, p. 44, grifo nosso).

Como se vê, a modernização da agricultura esteve, e está, extremamente vinculada as demandas capitalistas de expansão comercial, monopólio de mercado e aumento de capital, dentre outras tantas.

No Brasil, a modernização da agricultura se deu seguindo os moldes conservadores do processo, a partir dos anos de 1960, principalmente. Substituiu-se as bases técnicas, mas conservou-se a estrutura fundiária já intensamente concentrada nas mãos dos poucos latifundiários, excluindo os camponeses e pequenos produtores rurais do processo, em vista dos altos custos financeiros para se adequar e adquirir os produtos do pacote tecnológico oferecido pela Revolução Verde, como também, pela necessidade crescente de novas e maiores extensões de terras para se produzir.

Segundo explica Müller (1989), não ocorreu uma generalização da industrialização das atividades agrícolas, como notou-se nos países centrais do capitalismo. Conforme diz, apenas cerca de 20% dos produtores foram incorporados a lógica industrial de produzir, havendo portanto a manutenção de largas faixas de agricultura tradicional, evidenciando um elemento estrutural da modernização no país.

Müller (1989, p. 60) ressalta que entre os anos de 1960 e 1980 há uma marcante mudança no modo de se produzir, destacando:

A agricultura brasileira transitou do predomínio do modo tradicional de produzir para o predomínio do modo moderno, que combina insumos e serviços industriais, com terra e trabalho. Essa transformação profunda expressa que houve mudanças (i) no objeto de trabalho, (ii) no processo de trabalho, (iii) nas formas da força de trabalho e (iv) na gestão e controle das unidades de produção. O predomínio significa que mesmo a manutenção e reposição do modo atrasado de produzir, assim como a pobreza, somente

encontram sua explicação plena ao se levar em conta suas conexões com o modo moderno de produzir.

Müller através da explicação anterior, clarifica a percepção da gestação de um dos elementos contraditórios a modernização e que surge no seu próprio desenvolvimento, que é a pobreza, a exclusão, como alternativa, mesmo que inconsciente, para a formação de um “exército industrial de reserva”, conforme diz Karl Marx.

É preciso termos em mente que a modernização da agricultura no Brasil, que se consolidada na década de 1960, é resultante de um processo que se inicia no século XIX com o declínio dos complexos rurais, quando da introdução do trabalho livre e o início de uma maior divisão social do trabalho com o complexo cafeeiro, e chega a década de 1950 com a implantação, no país, do departamento produtor de insumos para a agricultura (D₁), que possibilita a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs).

Assim, na década de 1960, principalmente no seus anos finais,

[...] havia um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitam uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passava a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança qualitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro. (SILVA, 1998, p. 29)

Nesse sentido, a consolidação do processo de modernização da agricultura no Brasil se deu com o início da implementação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), entendidos aqui como

[...] um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica. (MÜLLER, 1989, p. 45)

Um dos principais veículos do projeto de modernização da agricultura no Brasil foi o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), conforme destaca Silva (1998), e outras políticas estatais de incentivo a modernização, iniciadas com o governo de Getúlio Vargas e intensificadas no governo de Juscelino Kubistchek (JK).

Vale destacar que as ações do Estado ao mesmo tempo que forneceram condições para a modernização da agricultura

[...] não promoveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural. Assim, os resultados contraditórios da inserção da agricultura no novo padrão de acumulação manifestam-se com rapidez e intensidade alarmantes, agravando a crise agrária e rebatendo-se perversamente na crise urbana. (SILVA, 1998, p. 35)

As primeiras regiões a produzir seguindo o modelo da agricultura moderna foram a Sul e Sudeste do país. Todavia, com os impactos ambientais ocasionados por essa modalidade de produção agrícola associados as demandas por expansão das áreas de produção, bem como, de políticas públicas de incentivo à modernização, novas áreas foram

incorporadas ao processo, dentre as quais podemos destacar o centro-oeste e suas áreas de cerrado, principalmente, entre as décadas de 1980 e 1990.

Tendo isso em vista, a seguir será abordado o processo de modernização da agricultura nas áreas de Cerrado do estado de Goiás.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NAS ÁREAS DE CERRADO DO SUDOESTE GOIANO E O CAMPEPINATO NESSE PROCESSO

Como assinalado anteriormente, ao longo do desenvolvimento da modernização da agricultura no Brasil e diante da relação contraditória dessa modalidade de produção agrícola com os recursos naturais (solos, água, vegetação), novas áreas foram demandadas.

Assim, o bioma cerrado, até então visto como improdutivo, com seus solos ácidos, árvores baixas com troncos tortuosos, apto somente a pecuária extensiva, através dos discursos políticos que o tratava como um espaço vazio, como lembra Cleps Júnior (1998), começa a ser incorporado à agricultura moderna através do uso de insumos, fertilizantes, maquinários, sementes melhoradas, que garantem a “produtividade” dessas áreas.

Um dos principais agentes da modernização da agricultura no cerrado foi o Estado, sendo suas ações iniciadas já na década de 1930, com a política de integração do governo Vargas, colocando como prioridade nacional, a ocupação do centro-oeste (PELÁ; MENDONÇA, 2010).

Conforme Pelá e Mendonça (2010)

A apropriação e ocupação do Cerrado ocorre de maneira planejada e com interesses e funções políticas e econômicas bastante definidas. O projeto, no âmbito regional, buscava articular as regiões produtivas dos estados de Goiás, principalmente às suas regiões sul e sudoeste e, no âmbito nacional, adequar o país a um novo ritmo de produção capitalista. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 61).

Ainda segundo os autores, a viabilização do projeto de ocupação das áreas de cerrado requisitou estratégias de ordem espacial, dentre as quais se destaca a construção de Goiânia (1937), o Plano de Metas de JK (1956-1961), a construção de Brasília (1960), e outros.

Ainda, dois programas foram fundamentais para a consolidação do território capitalista, sendo o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que segundo Inocêncio (2010), são os que assumem mais importância no estudo sobre o processo de modernização da agricultura no Cerrado.

O POLOCENTRO, conforme explica Inocêncio (2010), foi criado em 1975, no início do governo de Geisel, e destinava-se para a construção de armazéns, ao apoio a pesquisa, para assistência técnica, ampliação do sistema de transportes e rede de energia etc., nas regiões centro-oeste e oeste de Minas Gerais.

Embora o programa tenha sido projetado para um período de 10 anos, conforme a autora, ele foi desativado no início da década de 1980 em razão de apresentar baixo crescimento da produção e produtividade em relação aos recursos investidos.

Apesar disso “[...] sua vigência favoreceu um padrão de acumulação monopolista prevalecente no setor urbano-industrial da economia brasileira e acelerou o processo de penetração capitalista no campo e de transformação da estrutura produtiva no Cerrado.” (INOCÊNCIO, 2010, p. 73)

Já o PRODECER, conforme ainda Inocêncio (2010), foi um projeto de cooperação econômica entre o Brasil e o Japão, que cumpriu três importantes papéis no processo de territorialização do capital no cerrado:

Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial. (INOCÊNCIO, 2010, p. 86)

Ainda conforme a autora, através da financeirização da terra pelo capital internacional, esse “[...] verteu a favor dos médios e grandes proprietários a solidariedade cooperativista, que converteu o sistema tradicional de cultivo em um moderno mecanismo de produção no Cerrado”. (INOCÊNCIO, 2010, p. 86).

Atualmente, no estado de Goiás, as regiões que mais se destacam na produção agrícola moderna são as sul e sudoeste. Nesse momento, o foco será dada à região sudoeste, objeto do artigo.

Conforme pesquisa sobre a modernização da agricultura no sudoeste de Goiás realizada por uma parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1982), essa modernização apresenta características semelhantes as que são identificadas no processo de modernização da agricultura brasileira: introdução de mecanização e emprego de insumos modernos no processo produtivo; oferta de crédito rural aos [grandes] produtores, em razão dos altos investimentos demandados; associação a lavoura e, especialmente, ao cultivo de produtos que recebem estímulos governamentais.

Dessas características, apontadas pela pesquisa, é necessário destacar a importância do crédito rural, visto que é a partir dele que se torna viável a substituição dos meios de produção.

O crédito rural cumpriu/cumprir a função de “[...] financiar a expansão da produção agropecuária e, em consequência, a expansão do capitalismo no campo, através da modernização do processo produtivo, viabilizando o uso crescente de máquinas, implementos e insumos modernos.” (IBGE; EMBRAPA, 1982, p. 81).

O crédito rural, por sua vez, possui um caráter excludente e discriminatório, visto nas condições necessárias para sua concessão aos produtores, por exemplo, a extensão da terra que é hipotecada como garantia e portanto deve ter grandes dimensões, os produtos que são incentivados a ser produzidos, como a soja e não produtos de autoconsumo, como arroz, feijão, etc..

Assim, ainda segundo a pesquisa, o que fica evidente na região sudoeste de Goiás, como em boa parte do Brasil, é que a modernização tem se restringido a algumas áreas, alguns produtores e alguns produtos. Os autores observam:

A tendenciosidade envolvida na distribuição dos recursos colocados à disposição dos produtores tende a agravar a situação dos pequenos agricultores aos quais, freqüentemente, não resta outra alternativa a não ser a de se empregarem como assalariados nos estabelecimentos modernizados ou a de migrarem para áreas mais distantes onde esperam encontrar melhores condições de vida. (IBGE; EMBRAPA, 1982, p. 135)

As transformações advindas da modernização agrícola em Goiás, e no Brasil como um todo, não alteraram somente o modo de produção e trabalho, mas o modo de ocupação e de vida de grande parcela da população cerradeira, visto que essas, além de migrarem para as cidades tiveram seu antigo lugar de moradia apropriado por migrantes de outras paragens (PELÁ; MENDONÇA, 2010).

Desse modo, o que se vê é “[...] uma reconfiguração socioespacial do território goiano em que se alteram não apenas as estruturas materiais [...] mas também as estruturas imateriais.” (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 57)

Como já foi destacado no decorrer dessa seção, grande parcela da população do campo foi excluída do processo de modernização da agricultura, seja em razão de não se adequarem as características para recebimento do crédito rural, seja por suas terras terem sido “engolidas” pelas grandes monoculturas, seja por não terem tido condições de permanecer no campo diante do movimento capitalista.

Perante essa situação, o que se observou foi uma saída dos camponeses do campo para as cidades, influenciando o aumento das condições precárias de vida nos centros urbanos, e/ou uma proletarianização dos mesmos. Conforme diz Calaça e Dias (2010)

A atual situação da agricultura no Estado de Goiás traz consigo as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, pois os fortes vão acumulando e os fracos sendo expropriados. A agricultura familiar está evadindo para o agronegócio. Esta é a lógica da inserção do capital no campo, pois cada vez mais os camponeses deixam de ser trabalhadores para si, para serem proletariados no campo ou nas cidades. (CALAÇA; DIAS, 2010, p. 323)

Por outro lado, os camponeses e pequenos produtores rurais não assistiram estáticos à essa desterritorialização, organizando-se em torno da luta pela terra, como forma de continuar a existir na resistência. Tendo isso como base, na próxima seção será discutido o conceito de (Re)existência e suas expressões através do movimento de luta pela terra.

OS MOVIMENTOS DE (RE)EXISTÊNCIA CAMPONESA

Como abordado anteriormente, os/as camponeses/as, diante da face conservadora e excludente da modernização da agricultura no sudoeste goiano, como no restante do Brasil, organizou-se através de movimentos sociais.

É a partir dessa organização que se identificar o conceito de (Re)Existência como

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

Conforme os autores,

[...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

Assim, identifica-se a luta pela Reforma Agrária, como uma expressão da (Re)Existência dos/as camponeses/as na região sudoeste de Goiás, mas não só. Ela se expressa, também, nos conflitos, ocupações, na produção em respeito ao tempo da natureza etc..

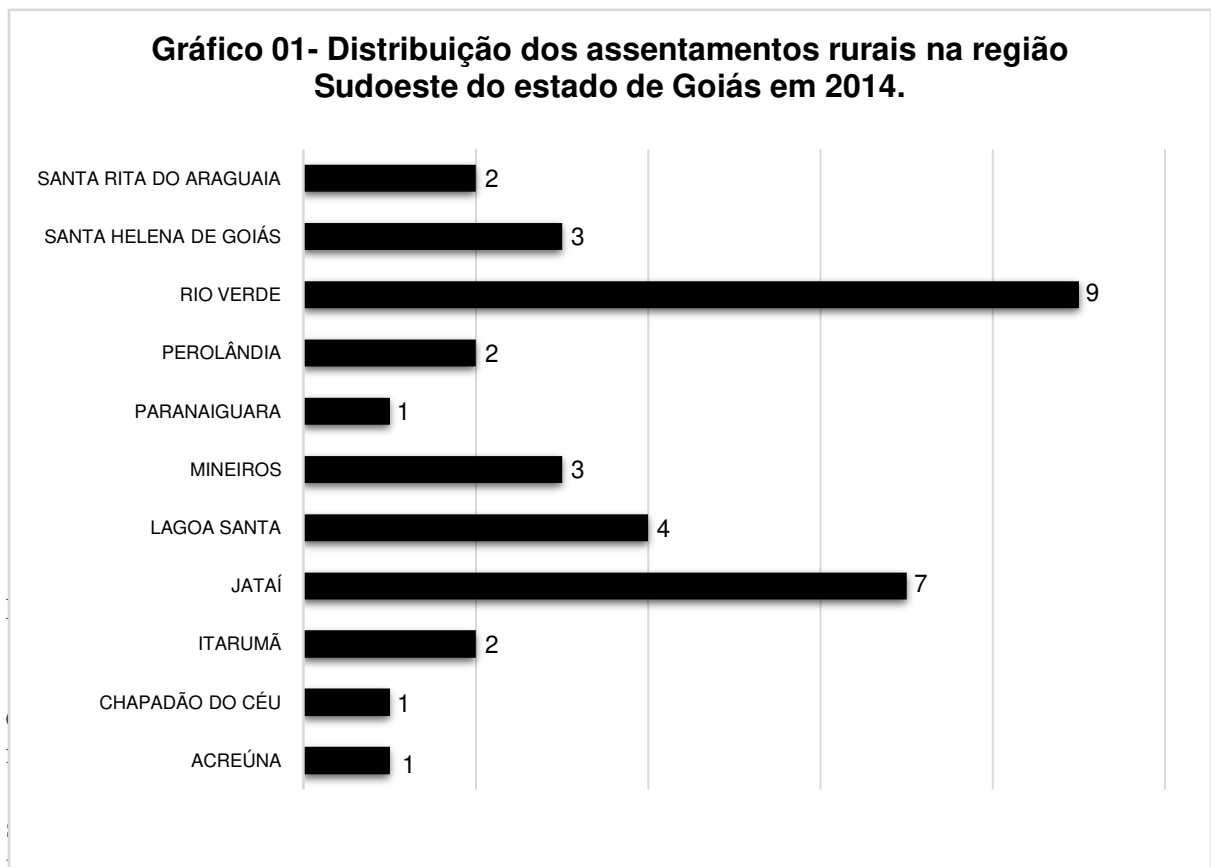
Vale enfatizar que a luta pela reforma agrária não se restringe a busca por acesso à terra, mas também por condições que permitam a permanência dos/as camponeses/as no campo, com dignidade e possibilidades de reprodução social.

Assim, conforme Oliveira (2007, p. 69) “[...] a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais.”

Nesse sentido, a partir da luta pela reforma agrária na região sudoeste de Goiás, vários assentamentos foram criados, materializando essa (Re)existência.

A região sudoeste de Goiás possui, segundo dados da Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 35 assentamentos rurais, atendendo a, aproximadamente, 1.455 famílias. Esses assentamentos estão distribuídos em 11 municípios, conforme podemos observar no gráfico 01.

Desses municípios, conforme se pode visualizar no gráfico 01, os que mais se destacam em quantidade de assentamentos são Rio Verde, contendo 09 assentamentos (24% do total), e Jataí, com 07 assentamentos (20% do total).



desapropriação, o que demonstra a força da luta camponesa.

Diante dessa totalidade, o sudoeste de Goiás representa a quarta região com a maior quantidade de assentamentos rurais do estado de Goiás, estando atrás das regiões Norte, Noroeste e Oeste.

Pode-se concluir, que o campesinato continua a existir, mesmo com as demandas capitalistas na agricultura do sudoeste de Goiás, e isso ocorre pelo movimento da (Re)Existência.

Vale enfatizar que nessa (Re)existência o camponês se ressignifica, incorpora novos traços culturais, novas formas de existir, o que não é um fato negativo, afinal ele compõe uma sociedade que se movimenta e que portanto se modifica. (OLIVEIRA, 2007; MENDONÇA, 2004).

Apesar desse movimento de (Re)existência expresso na luta pela terra, nota-se grandes dificuldades de permanência desses/as camponeses/as em suas parcelas, conforme relatos de uma moradora do assentamento Rio Paraíso, no município de Jataí¹.

Segundo a moradora, após o acesso à terra, muitas dificuldades surgiram relacionadas a falta de políticas públicas que permitissem que os/as assentados/as permanecessem ali, e em razão disso, muitos/as deixaram, novamente, o campo para viver nos centros urbanos ou para trabalhar nas agroindústrias.

Tendo esse fato como exemplo, torna-se extremamente necessário o fortalecimento e instrumentalização dos/as camponeses/as assentados/as e de sua luta cotidiana para (Re)existir.

Para tanto, vê-se nas modalidades de agricultura de bases sustentáveis, como a agroecologia, uma estratégia política que possibilita a (Re)Existência camponesa, à medida que promove o resgate dos saberes e práticas desses grupos tradicionais, apagados pela ideologia capitalista, proporcionando uma relação de respeito com os recursos naturais (solos, água, vegetação, etc.), bem como, garantindo a autossuficiência e o fortalecimento do território desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer do artigo, a modernização da agricultura no Brasil traz consigo uma caráter de exclusão, a medida em que não é planejada para atender a todos os sujeitos que vivem no campo, mas somente, àqueles que possuem recursos financeiros que permitem a substituição de suas bases técnicas e sua consequente inserção nessa nova dinâmica do mundo rural capitalizado.

A inserção do capitalismo no campo ocasionou também, uma mudança no significado do trabalho, na identidade dos povos tradicionais, proporcionando novas temporalidades, novos significados, o que influenciou os modos de vida.

Apesar disso, através da luta pela reforma agrária, é demonstrado que o capitalismo não conseguiu apagar o campesinato, como muitos autores defendem, visto que estes continuam a (Re)Existir como produto contraditório desse sistema.

É preciso, por sua vez, que esses sujeitos sejam diariamente fortalecidos através da valorização de seus conhecimentos (saberes), de suas práticas, e que seja implementado políticas públicas que permitam sua permanência no campo, não enquanto sujeitos atrasados, pretéritos, mas como uma classe que se ressignifica, que se movimenta e que faz parte do próprio movimento histórico da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- CALAÇA, Manoel; DIAS, Wagner Alceu. A Modernização do Campo no Cerrado e as Transformações Socioespaciais em Goiás. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 312-332, ago. 2010.
- CLEPS JÚNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do triângulo mineiro. 1998. 291p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro (SP). 1998.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil**. GeoGraphos. [Em Línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 16 de marzo de 2013, vol. 4, n.º 48, p. 378-403. [ISSN: 2173-1276].

¹ Relato obtido através de visita de campo ao assentamento.

- IBGE; EMBRAPA. **Modernização da agricultura no sudoeste de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
- INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na territorialização do capital no cerrado: o PRODECER**. 2010. 270p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2010.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MENDONÇA, Marcelo Mendonça. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudoeste Goiano**. 2004. 457p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente (SP). 2004.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.
- PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, M. R. (Org.). **Agroecologia: práticas e saberes**. 2. ed. Catalão: Gráfica modelo, 2012.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, 1996.